

# A Produção do Conhecimento Geográfico

5

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

# A Produção do Conhecimento Geográfico 5

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 5 [recurso eletrônico] /  
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):  
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento  
Geográfico; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-82-6

DOI 10.22533/at.ed.826181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária  
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “A Produção do Conhecimento Geográfico” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, que apresenta, em seus 14 capítulos, discussões de diferentes vertentes da Geografia física, com ênfase nos espaços geográficos.

A Geografia física engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social, bem como suas relações com a natureza.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia física, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação de trabalho, mas também são incluídos fatores como riscos, vulnerabilidade, sustentabilidade, conservação, recuperação.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia física, apresenta artigos alinhados com a estudos da natureza. A importância dos estudos geográficos dessas vertentes, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

## SUMÁRIO

### ESTUDOS DE GEOGRAFIA FÍSICA DO TERRITÓRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DISCUSSÕES SOBRE A ANÁLISE ESPACIAL DA VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Maiara Santos Silva Elizabeth M <sup>a</sup> F. R. de Souza	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
“ENTRE AS ÁGUAS DO RIACHÃO”: TRAJETÓRIAS DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E CONFLITOS AMBIENTAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS	
Adinei Almeida Crisóstomo Rômulo Soares Barbosa	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
A USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA) E OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS EM BABAÇULÂNDIA (TO)	
Súsie Fernandes Santos Silva Airton Sieben	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE A PARTIR DA INTRODUÇÃO DO PÓLO NAVAL.	
Maristel Coelho San Martin Solismar Fraga Martins	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>42</b>
DIAGNÓSTICO DAS ÁGUAS DO EMPREENDIMENTO HIDROELETTRICO FOZ DO RIO CLARO (GO)	
Pollyanna Faria Nogueira João Batista Pereira Cabral	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO ASSENTAMENTO SANTA RITA, MUNICÍPIO DE JATAÍ (GO)	
Jordana Rezende Souza Lima Mainara da Costa Benincá Vilson Souza Queiroz Junior Hildeu Ferreira da Assunção	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>68</b>
O DISCURSO SOCIOAMBIENTAL NA PRODUÇÃO DE TESES DA GEOGRAFIA BRASILEIRA	
Leandro Rafael Pinto	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>85</b>
PAISAGEM E ESPAÇO: CONCEITOS-CHAVE DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA RE-SIGNIFICADOS A PARTIR DA CRÍTICA AOS PARADIGMAS DA SOCIEDADE MODERNA E OCIDENTAL COMO A DICOTOMIA ENTRE CULTURA E NATUREZA E O DISCURSO DE NARRATIVA ÚNICA <sup>1</sup>	
Yanci Ladeira Maria	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>94</b>
ANÁLISE DA COBERTURA VEGETAL NO VARJÃO DO RIO PARANAPANEMA, MUNICÍPIO DE ROSANA-SP: UM ESTUDO PARA A CRIAÇÃO DE UM CORREDOR ECOLÓGICO <sup>1</sup>	
Diogo Laércio Gonçalves Messias Modesto dos Passos	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>105</b>
BELO MONTE E DES-ENVOLVIMENTOS NA AMAZÔNIA	
Ivana de Oliveira Gomes e Silva Antônio Thomaz Jr. Paulo Lucas da Silva	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>116</b>
GEOGRAFIA HISTÓRICA DA PAISAGEM E GEOINDICADORES DE IMPACTO NO MEIO FÍSICO NAS PCHs RIO DO PEIXE 1 E 2 (1925 - 2016)	
Edson Alves Filho Sueli Angelo Furlan	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>129</b>
IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS DA ALTERAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL NO CERRADO – ESTUDO DE CASO NA BACIA DO RIBEIRÃO ÁGUA LIMPA, UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS	
Oberdan Rafael Pugoni Lopes Santiago Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>138</b>
DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO A INDÚSTRIA DO CINEMA: IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA (SP)	
Fernanda Farias Baptista da Silva Lindon Fonseca Matias	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>153</b>
UTILIZAÇÃO DE IMAGENS DE SENSORIAMENTO REMOTO E DO SISTEMA TERRAHIDRO PARA O ESTUDO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO DO MANDAGUARI, SP	
Paulo Roberto Vagula José Tadeu Garcia Tommaselli	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>161</b>

## AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE A PARTIR DA INTRODUÇÃO DO PÓLO NAVAL.

### **Maristel Coelho San Martin**

Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação.

Rio Grande - RS

### **Solismar Fraga Martins**

Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação.

Rio Grande - RS

**RESUMO:** Essa pesquisa tem como objetivo identificar as áreas do município do Rio Grande que sofreram maiores alterações espaciais tanto com relação à instalação e/ou ampliação de comércio, indústria e serviços quanto crescimento da malha urbana para fins de habitação, a partir da implantação do Pólo Naval. Nos últimos anos esta cidade foi contemplada com a instalação de um Pólo Naval, o qual trouxe um grande número de pessoas para a localidade a procura de empregos. Com isso, a cidade expandiu sua malha urbana de forma acelerada originando novos espaços diferenciados e agravando o déficit habitacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transformações espaciais. Rio Grande. Polo Naval.

**ABSTRACT:** The objective of this research is to identify the areas of the municipality of Rio Grande that suffered major spatial changes in

relation to the installation and / or expansion of trade, industry and services, as well as the growth of the urban network for housing purposes, since the implementation of the Naval Pole. In the last years this city was contemplated with the installation of a Naval Pole, which brought a great number of people to the locality looking for jobs. With this, the city expanded its urban network in an accelerated way giving rise to new spaces differentiated and aggravating the housing deficit.

**KEY WORDS:** Spatial transformations. Rio Grande. Naval Pole.

### 1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o Brasil passou por grandes transformações em seu território, devido às diversas etapas de seu desenvolvimento socioeconômico, sobretudo a partir da mudança de governo em 2003. Dentre os fatores que ocasionaram essas transformações, podemos citar a criação de vários programas como o Programa Bolsa Família, o “Minha Casa Minha Vida” e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2007), os quais contribuíram com a retomada da infraestrutura econômica e social que estava estagnada desde a década de 1980. Outro fator que se destacou no período foi a descoberta de petróleo no litoral

Atlântico do país, ocasionando a reativação das indústrias de construção naval e a descentralização das mesmas que estavam concentradas no Rio de Janeiro.

Essas indústrias trouxeram novos investimentos por parte da PETROBRAS e a renovação da frota da TRANSPETRO. Segundo CARVALHO (2011, p.7) este novo arranjo espacial impõe desafios, e para ajudar a superação destes, o Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) é criado. Esse programa possibilitou o desenvolvimento da indústria de bens e serviços nacional, por meio da produção de petróleo e gás natural, construção de transporte marítimo e duto viário.

Neste contexto, o município do Rio Grande, em 2006 foi contemplado com a instalação de um Polo Naval em virtude de sua posição geográfica e das condições de infraestrutura de seu porto, que traz vantagens do ponto de vista econômico por possibilitar a conexão do Rio Grande do Sul, Brasil com outros países do MERCOSUL. Além dessa instalação, houve requalificações portuárias como a ampliação dos Molhes da Barra e o aprofundamento do Canal, sendo realizadas também, atividades de inovação e pesquisa na região. Com isso, outras indústrias ligadas ao setor naval e empresas de outros ramos, migraram para o município originando grande número de postos de trabalho, e trazendo um elevado contingente populacional de diversas regiões do Estado e do país para o local.

Conseqüentemente, a malha urbana dessa cidade foi expandida, reorganizando e produzindo novos espaços, sobretudo de concentração de indústrias e empresas como também de habitações. Ressaltamos ainda que, com a reestruturação do espaço urbano, o mesmo passa a ser, gradativamente, mais fragmentado, cujos atores sociais que detém o controle estabelecem condições para a acumulação capitalista através de leis para o uso do solo. Dessa forma, são estabelecidas novas territorialidades, as quais demonstram os diferentes níveis de classes sociais, as formas de usos e suas funções.

Para HARVEY (1994, p.69) a aparência de uma cidade e o modo como seus espaços se organizam formam uma base material, a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais. Assim, conhecer a dinâmica do crescimento urbano e suas transformações espaciais é tarefa primordial para auxiliar na tomada de decisão dos gestores e planejadores locais (SANTOS, 2004, p.7), visto que, a produção e (re) produção do espaço urbano produzem espaços cada vez mais distintos, que podem aumentar a exclusão social refletindo também na qualidade de vida e desenvolvimento econômico do local. Essa pesquisa tem como objetivo, identificar as áreas do município do Rio Grande que sofreram maiores alterações espaciais tanto com relação à instalação e/ou ampliação de comércio, indústria e serviços quanto crescimento da malha urbana para fins de habitação, a partir da implantação do Pólo Naval.

Dessa forma, espera-se que essa pesquisa possa contribuir como auxílio para a tomada de decisões para futuras intervenções em determinadas áreas, de modo a



evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos, já que, o poder público apresentou dificuldades para acompanhar esse crescimento e suprir a demanda de suas necessidades. Salientamos também que foi escolhido o período de 2005 a 2017 em função da grande migração de mão de obra geradas pela implantação do Pólo Naval na cidade. Apesar do novo cenário de crise da indústria naval, o qual suscitou o fechamento de diversos estaleiros, Rio Grande ainda mantém seu índice populacional estável, pois, muitos cidadãos preferiram continuar no município por falta de recursos para retornarem a sua cidade de origem ou por estabelecerem melhores condições de vida, ou ainda por acreditarem no desenvolvimento econômico da urbe em outros setores, já que ainda há indícios de outras empresas se instalarem na região.

## 2 | METODOLOGIA

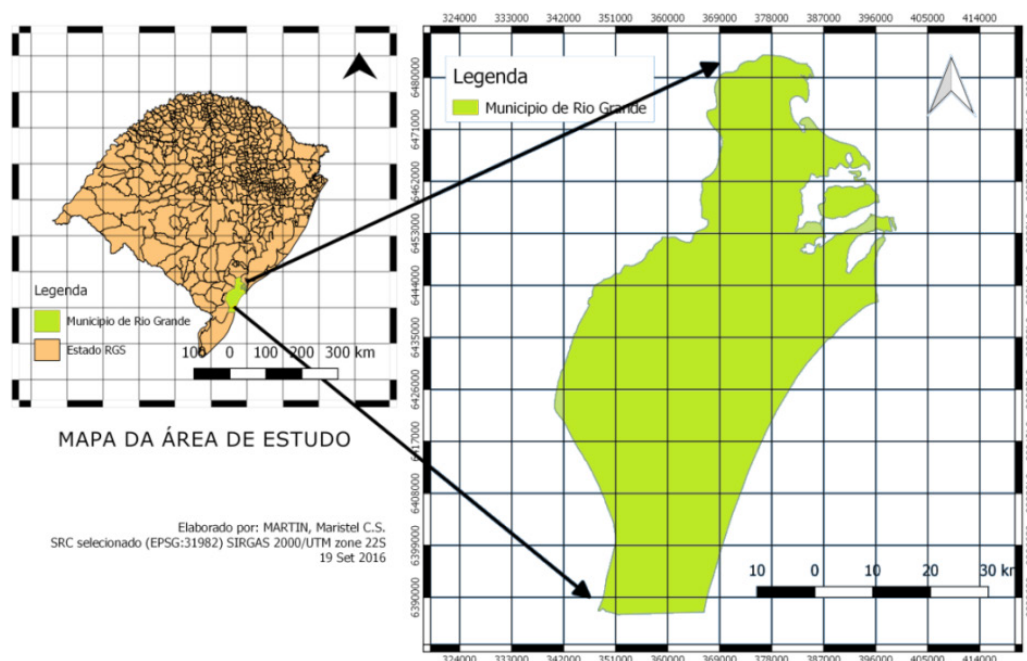
Para analisarmos as transformações do espaço urbano, torna-se necessário a utilização do método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre. Isso porque, cada atividade realizada no presente possui ações sociais com temporalidades diferentes, dessa forma, o contexto do espaço urbano no presente, possui raízes no passado, e a partir desta conexão entre passado e presente, é possível traçar algumas possibilidades para o futuro. Dessa forma, além da utilização desse método foram realizadas revisões bibliográficas pertinentes ao assunto, evidenciando os ciclos econômicos e alterações urbanas no município do Rio Grande.

Foram realizados também levantamento de dados sobre os empreendimentos imobiliários instalados no município no período estudado, através da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária da cidade. Foram levantados dados estatísticos sobre a população, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E ainda, foram analisadas as imagens do Google Earth, entre os anos de 2004 a 2017 para que através da comparação das mesmas pudéssemos demarcar as áreas que sofreram maiores alterações espaciais tanto com relação ao crescimento da malha urbana quanto a instalação de investimentos imobiliários, comércio, indústrias e serviços.

## 3 | DISCUSSÕES E RESULTADOS

O município de Rio Grande possui uma área total de 3.338,356 km<sup>2</sup> e está localizado na Planície Costeira do estado do Rio Grande do Sul, limitando-se ao norte pelo município de Pelotas e a Laguna dos Patos, ao sul com o município de Santa Vitória do Palmar, a leste com o Oceano Atlântico e Canal do Rio Grande e a oeste com o município de Pelotas, Arroio Grande e Lagoa Mirim. Suas características geográficas se constituem em terrenos baixos e planos, com a presença de extensos banhados,

marismas e dunas.



A formação desse município está relacionada com a disputa de terras orientais do Rio da Prata, entre espanhóis e portugueses, com o intuito de expandir seus territórios. Sua localização e importância geopolítica possibilitaram a instalação de um porto e de diversos fortes que deram condições para estabelecer o início de um processo colonial português, originando uma pequena vila militar. Por 13 anos ainda no Século XVIII, essa localidade ficou sob poder dos espanhóis após uma invasão comandada a partir de Buenos Aires, mas os portugueses conseguiram reconquistar suas terras demarcando novamente suas fronteiras, porém, perderam a Colônia do Sacramento.

A partir disso, ocorreu o início do ciclo do charque no estado, expandindo as atividades comerciais e a intensificação das importações no porto. De acordo com (TORRES, 2001, p.10) o ritmo comercial da vila redefine o seu papel histórico de praça militarizada passando para centro portuário de escoamento de toda a produção rio-grandense dirigida ao mercado interno brasileiro. Com isso, o acúmulo de capital derivado das atividades comerciais atraiu os primeiros investimentos industriais para a região, formando um parque fabril.

A nova função que a cidade assumia com a inserção do parque fabril incorporava novas estruturas físicas que desempenhariam outras funções junto ao parque produtivo e industrial. O que houve nesse período não representou somente uma concentração de capital e uma forte atração de população em busca de emprego, mas um desenvolvimento marcado por avanços econômicos, registrado pelas inúmeras indústrias instaladas, assim como o pioneirismo de alguns setores. (MARTINS, 2006, p.224)

A partir de 1950 houve um declínio no desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul em alguns centros importantes, o que inclui Rio Grande já que a melhora nos meios de transporte entre o Rio Grande do Sul e os demais estados da federação propiciaram a indústria paulista inserir seus produtos com maior facilidade nas terras sulistas, já que

as indústrias como as do Rio Grande apresentavam defasagem tecnológica e mesmo de gestão. Entre 1950 a 1960 as indústrias entraram em decadência, ocasionando um desemprego elevado para o município, a diminuição do fluxo migratório e o aumento dos limites urbanos por meio de loteamentos e ocupações irregulares.

A instalação desses novos loteamentos foi realizada, principalmente, entre 1953 a 1965 sendo que a maioria carecia de infraestrutura e estava localizada na parte oeste do centro da cidade, numa distância significativa. Além disso, houve um avanço do processo de marginalização social nas margens do centro da cidade, como por exemplo, a antiga Vila dos Cedros (atual Bairro Getúlio Vargas) e Vila Santa Tereza. Desde então, a cidade passou por períodos de ápices e crises em sua economia, alterando seus espaços e agravando seus problemas em diversos setores.

Em 2006, Rio Grande recebeu a instalação do primeiro dique seco conhecido como Pólo Naval, com a finalidade de construir e/ou reparar navios. No entanto, o mesmo sofreu alterações em suas atividades e estruturas passando a ser considerado Pólo Naval *Offshore* do Rio Grande, com o objetivo de construir e/ou reparar navios e plataformas para auxiliar as indústrias marítimas de gás natural e petróleo, na produção, armazenagem e escoamento. Já em 2008, foram levantadas novas propostas de reconfiguração desse Pólo sugeridas pelo grupo Wilson & Sons, Consórcio Quip S.A e pelo Estaleiro Rio Grande.

Essas propostas consistiam na ampliação da área destinada à montagem de cascos de plataformas, módulos e blocos, para as mesmas e para os navios, e a criação de embarcações que permitiriam o auxílio marítimo *offshore* e em geral. A instalação desse empreendimento trouxe outras indústrias ligadas ao setor naval e empresas de outros ramos, como: frigoríficos, farmácias, hotéis, restaurantes entre outros, que contribuíram com o aumentando das atividades econômicas e ampliação do tecido urbano. Conseqüentemente, o crescimento populacional temporário, que não foi todo absorvido pela oferta de emprego, ocasionou uma intensificação da procura por residências, aumentando o número do déficit habitacional e a ampliação de ocupações ilegais em diferentes áreas do município.

Ano	População
2000	186.544
2010	197.228
2017	209.378

Tabela 1: evolução populacional em rio grande e estimativa populacional de 2017.

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2000, 2010 e População estimada 2017; Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sullrio-grandelinfograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>. Adaptado pela autora.

Diante a grande demanda por moradias, foram construídos e ampliados loteamentos e condomínios verticais e horizontais para as mais diversas classes sociais. Ressaltamos também que, a maior parte desses condomínios foram edificadas

nas áreas periféricas, destacando a zona oeste da cidade e o Balneário Cassino. Entretanto, há uma predominância dos horizontais no balneário e dos verticais nas demais áreas da cidade.



**Legenda:**  
□ Áreas de expansão da malha urbana    ● Empreendimentos imobiliários

Figura 1: áreas de expansão urbana e empreendimentos imobiliários (distrito sede e distrito industrial)

Fonte: google earth, 2017. Adaptado pela autora.



**Legenda:**  
□ Áreas de expansão da malha urbana    ● Empreendimentos imobiliários

Figura 2: áreas de expansão urbana e empreendimentos imobiliários (cassino e barra)

Fonte: Google Eart, 2017. Adaptado pela autora.

Desses empreendimentos imobiliários, foram consolidados 67 ao todo, porém, existem outros projetos habitacionais em andamento e estão em fase de tramitação

para posteriormente serem construídos. Com relação à atuação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município, o mesmo beneficiou diversas famílias de renda baixa proporcionando a redução de mais da metade do déficit habitacional que era de 17.200 em 2010. De acordo com (MAZUI, 2010, p. 5) o total de unidades habitacionais a serem construídas inicialmente por esse programa, era de 8.482, sendo que somente no período de 2010 já estavam sendo construídas 4.134 unidades e a previsão era de colocar 1,4 mil no mercado ainda em 2010.

Diante disso, foi possível manter o déficit habitacional em torno de 5.000 unidades até 2016, porém o mesmo programa ainda beneficiará 1.297 famílias por meio do empreendimento habitacional denominado “Junção”, o qual está em fase de construção desde 2016, sendo considerado um dos maiores empreendimentos no setor. Apesar desse contexto, famílias de poder aquisitivo mais baixo, que não possuem condições de participar do referido programa, são deslocadas para a periferia, onde um grande número de residências são auto construídas em terrenos ocupados nas mais precárias condições. Desse modo, podemos perceber no recorte temporal desta pesquisa, a expansão dessas áreas de ocupações ilegais de forma expressiva nas margens da Laguna dos Patos, mais precisamente na zona oeste da cidade e do Balneário Cassino.

Não podemos deixar de citar que a autoconstrução é um processo que aprofunda mais os níveis de espoliação urbana da classe trabalhadora, uma vez que, resulta na construção de habitações que se deterioram rapidamente, devido à baixa qualidade de materiais e a técnicas e ferramentas rudimentares, utilizadas por pessoas não qualificadas. Soma-se a isso que a construção é realizada aos poucos devido a falta de recursos financeiros, sendo necessário reparos constantemente. Dessa forma, a falta de recursos econômicos obriga o trabalhador e sua família a se submeterem a jornadas de trabalho duplicadas, comprometendo a qualidade de vida para que possam ao menos tentar adquirir algum recurso para dar continuidade a autoconstrução ou os reparos.

Outro fato que influencia de forma direta na estagnação da construção da moradia e na vida dessas pessoas, é a forma de obter os materiais para a construção, visto que, devido à baixa condição financeira, esses trabalhadores adquirem esses materiais em forma de crediário. Entretanto, muitas vezes, as exigências mínimas de sobrevivência não permitem que o pagamento seja cumprido, ocorrendo um endividamento. Com isso, uma parcela significativa desses trabalhadores acaba vivendo em condições precárias na periferia, mantendo suas casas inacabadas, demonstrando um contraste no espaço urbano e alterando o mesmo conforme aponta Corrêa:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentes e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais (...), que lutam pelo direito à cidade. (CORRÊA, 2004, p. 30)

A partir da teoria de Marx e Engels, Singer (1979, p. 21) aponta que no processo de ocupação do solo, o estatuto de propriedade privada de determinada área, torna-a fonte de renda para quem a detém. No entanto, Singer (1979, p. 22) lembra que o capital imobiliário não estabelece em si meio de produção, podendo assim ser considerado um “falso capital” por não ser produto do trabalho humano. Desse modo, Singer (1979, p. 23) destaca que, devido ao fato da lei do valor regular a troca de mercadorias no capitalismo, a dimensão espacial também deve ser regulada por essa lei.

Portanto, o uso do solo é controlado pelo mecanismo de mercado e os valores no mercado imobiliário tendem a ser determinados também pelas características do local. Conforme Villaça (2001) este valor será determinado de acordo com o acesso aos lugares, à incorporação de infraestruturas, as condições de relevo, ou seja, as características do local e tudo que foi produzido pela sociedade ao longo do tempo. O autor ainda comenta que o valor de uso não será igual para todos, pois ele depende das necessidades, reivindicações sociais, estilos de vida etc. Nesse sentido, Carlos reforça esse contexto sobre a evolução dos preços:

A evolução dos preços, todavia, inter-relaciona-se com as condições de reprodução do espaço urbano, decorrentes da produção das condições gerais da reprodução do sistema e dos custos gerados pela aglomeração, pelo grau de crescimento demográfico, pela utilização do solo, pelas políticas de zoneamento ou de reserva territorial e pelas modificações do poder aquisitivo dos habitantes. (CARLOS, 2013, p.48)

Dessa forma, o acesso à terra está subordinado a capacidade de pagar por ela, devido ao fato de todo espaço ser propriedade privada. Porém, nem todos os moradores das cidades conseguem acesso a ela, pois não apresentam condições financeiras para adquiri-la, ou sequer para pagar um aluguel. Assim, essa parcela da população, acaba ocupando terras de forma ilegal nas periferias da cidade formal, produzindo sua moradia em um processo de urbanização não planejado e sem a participação efetiva do Estado, expandindo a malha urbana.

Com relação às transformações espaciais relacionadas ao setor industrial, podemos verificar que o distrito industrial do município recebeu diversas indústrias, que influenciaram diretamente no aprimoramento das infraestruturas locais, como a duplicação de estradas. Já o setor de comércio se ampliou nas mesmas áreas de expansão habitacional devido a falta de terrenos e espaços disponíveis na região central. Destacamos ainda que, em algumas dessas regiões de expansão do tecido urbano receberam a ampliação de serviços de correio, unidades básicas de saúde e escolas.

## 4 | CONCLUSÃO

Os investimentos industriais, sobretudo a inserção da indústria naval em Rio Grande, ocasionaram significativas transformações tanto em sua economia quanto

em seu espaço urbano. Essas transformações são visíveis a cada espaço percorrido da cidade, seja na alteração de suas formas, funções e conteúdos como também no valor do solo. Esse novo ciclo econômico suscitado pelo Pólo Naval atraiu não só novos investimentos ligados a infraestrutura, comércio e serviços como também trouxe um elevado número de migrantes e a ascensão do valor da terra, promovendo uma grande disputa pelo acesso ao solo evidenciando cada vez mais a expansão das áreas periféricas.

Cabe salientarmos que, embora com a atual crise da indústria naval, o mercado imobiliário da cidade não diminuiu tanto seus preços se compararmos com a diminuição da demanda. Destacamos ainda que, as áreas afastadas da cidade, continuam recebendo uma parcela significativa de habitantes, porém as condições de infraestrutura continuam precárias. Portanto, apesar da demanda de serviços, é preciso que o poder público municipal desenvolva políticas públicas a fim de amenizar e/ou estancar os diversos problemas urbanos surgidos com a implantação do Pólo Naval Gaúcho e que teve em Rio Grande seu principal lócus de funcionamento.

## REFERÊNCIAS

CARLOS, A.F.A. **A cidade**. 9. Ed., São Paulo: Contexto, 2013.

CARVALHO, A. B. **Polo Naval do Rio Grande: Desafio a Estruturação Técnico-Produtiva do Território**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo/ICHI/FURG, 2011.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

GOOGLE EARTH. Version7. 1.2.2041, 2016. Rio Grande/RS. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html>. Acesso em: 15/01/2017.

HARVEY, D. **A condição Pós – moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

IBGE: **Censo Demográfico 2000 e 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sulrio-grandelinfograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>. 2011.

KOWARICK; L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, S. F. **Cidade do Rio Grande: Industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: FURG, 2006.

MAZUI, G. **Com investimentos bilionários no Pólo Naval, uma das mais antigas cidades do Estado desemperra sua estagnada economia**. Zero Hora, Porto Alegre, quatro abr. 2010. Caderno Dinheiro, 5 p.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: tempo e espaço, razão e emoção**. Edusp, São Paulo: 2004.

SINGER, P. O Uso do Solo Urbano na Economia capitalista. In MARICATO, E. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1979.

TORRES, L.H. **Câmara Municipal do Rio Grande: Berço do Parlamento Gaúcho**. Salisgraf, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel, 2001.

